

MINUTA DO PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

1. Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Secretaria Geral da Presidencia da República**

Nome da autoridade competente: **Kelli Cristine de Oliveira Mafort**

Número do CPF: ****612.678-****

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:

2. UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **110818 – Secretaria Geral da Presidência da República**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **110818 – Secretaria Geral da Presidência da República**

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

1. Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Nome do órgão ou entidade descentralizada: **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)**

Nome da autoridade competente: **Fábio Josué dos Santos Souza**

Número do CPF: *****.395.105-****

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)**

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Portaria n.º 847, de 17 de agosto de 2023, publicado no DOU de 22/08/2023.**

temas do PAS Nordeste c) Produzir um documento orientador para funcionamento dos conselhos e realização dos fóruns estaduais de participação social; d) Incentivar a realização de Assembleias Populares sobre alimentos saudáveis nos territórios para ampliar a participação da população, lideranças e autoridades locais na implantação, acompanhamento e controle social do PAS Nordeste.

- Os processos formativos na estratégia da participação social têm como propósitos: a) produzir um Inventário sobre as iniciativas de educação popular e de formação sobre os temas relacionados ao PAS Nordeste nos territórios b) elaborar um Plano de Educação Continuada e Formação Cidadã no Território especialmente sobre os temas relacionados ao PAS Nordeste c) realizar uma programação específica de formação de formadores, técnicos e lideranças de organizações sociais e entidades públicas do território sobre produção/consumo de alimentos saudáveis, frente aos desafios das mudanças climáticas e d) coordenar uma programação de oficinas e cursos básicos on-line sobre os temas do PAS Nordeste destinados à população em geral, especialmente às escolas, grupos comunitários e associativos urbanos e rurais do território
- Quanto os processos de comunicação popular na participação social tem como objetivos: a) produzir um Inventário sobre a rede de comunicação popular do território incluindo influenciadores das redes sociais, rádios, rádios comunitárias, jornais e outros veículos e canais de comunicação - físicos e digitais - que possam contribuir para prover informação e estimular o debate sobre os temas relacionados ao PAS Nordeste nos territórios b) organizar, a partir do inventário - uma Rede Territorial Educomunicativa que faça funcionar um Ecossistema Comunicativo do PAS Nordeste a partir da articulação entre o diferentes canais e veículos de comunicação popular existentes nos municípios do território c) criar uma conexão da Rede Territorial Educomunicativa com o COMUNICA BR de forma a organizar os Cards Informativos e os Relatórios por território, especialmente sobre as notícias e as entregas do Governo Federal relacionadas ao PAS Nordeste e d) realizar uma programação de Oficinas Multiplicadoras on-line, para formação de educadores sociais nos Conselhos Municipais, Colegiados Territoriais, Redes, Fóruns e outros ambientes coletivos que tratam sobre os temas do PAS Nordeste e estabeleçam conexão com a Rede Territorial Educomunicativa.

O Curso deverá contemplar os seguintes gastos operacionais:

- 01 bolsa docente sênior para **planejamento, acompanhamento e monitoramento** em nível regional: 01 bolsista X 11 meses X R\$ 8.000,00 = R\$ 88.000,00
- 01 bolsa de estudo sênior para participação no curso **acompanhamento e monitoramento** em nível regional: 01 estudante X 11 meses X R\$ 8.000,00 = R\$ 88.000,00
- 09 bolsas de estudos para participação no curso com acompanhamento e monitoramento **a nível de cada estado** da região nordeste: 09 estudantes X 10 meses X R\$ 5.200,00 = R\$ 468.000,00
- Custos de deslocamentos e estadias dos bolsistas: R\$ 123.000,00
- Tutores do curso de especialização: 05 tutores X 06 meses X R\$ 1.100,00= 33.000,00
- DUAP (FAPEX/UFRB): R\$ 141.176,00
- Valor Total da TED: R\$ 941.176,00

4. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Após um período de desconstrução e enfraquecimento da participação social nas políticas públicas do governo federal, ao longo do ano de 2023 ocorreu uma inflexão desta trajetória com um amplo processo de reconstrução da política de participação social. Neste processo de reconstrução das políticas nacionais de participação social no Governo Federal, presenciamos a recriação, reformulação e fortalecimento dos conselhos de políticas públicas, a retomada das conferências nacionais, o fortalecimento da participação digital, a retomada da política de educação popular.

Em outubro de 2023 a Secretaria-Geral da Presidência da República instituiu o Grupo de Trabalho Técnico com a finalidade de elaborar diretrizes, orientações e estratégias para promover a integração das políticas públicas com participação social e educação popular na perspectiva do desenvolvimento territorial. (Portaria SG/PR 167/2023). No âmbito do GT constatou-se que estamos presenciando uma retomada importante das políticas públicas federais, no entanto, estas políticas chegam nos territórios de forma desigual e desarticulada. Isto gera impactos na qualidade dos bens e serviços públicos entregues a população e na percepção da sociedade sobre os mesmos dissociando-os da dimensão cidadã das políticas públicas. Além do mais, geralmente usuários/as e beneficiários/as não são vistos como sujeitos (na elaboração, implementação, monitoramento e controle social) destas políticas.

Também se constatou uma crescente organização de políticas públicas a partir da perspectiva territorial. Algumas delas constituíram novas formas de governança com a constituição de colegiados, comitês ou conselhos gestores territoriais com participação social e a contratação de agentes de políticas públicas para atuar nos territórios. No entanto, em que pese a diversidade destas experiências, elas permanecem insuficientes para enfrentar questões relacionadas à desigualdade e desarticulação das políticas públicas federais. Existe uma diversidade de critérios e concepções sobre territorialização, cada gestor está definindo “territórios” a partir das especificidades de cada política pública, com diferentes formas de governança territorial.

A participação social com educação popular foi destacada como um elemento fundamental para uma gestão eficaz e colaborativa das políticas públicas, contribuindo para a criação de políticas mais inclusivas, efetivas e responsivas às necessidades e aspirações das comunidades locais. O objetivo deverá ser o de impulsionar a integração entre as políticas públicas do governo federal, que são implementadas de forma descentralizada e territorializada, com as estratégias de uma participação social que se vincule à educação popular, constituindo uma visão de desenvolvimento territorial participativo.

Entende-se ainda a participação social como um elemento estratégico para a coordenação e articulação das políticas públicas. Ou seja, não apenas um exercício de participação social à posteriori dos processos de implementação, mas como um elemento central que atravessa todo o ciclo das políticas e a partir do qual se planeja os territórios em si, suas demandas e necessidades e é capaz de coordenar atores estatais e sociais em torno de suas especificidades.

Desta forma, o Programa Participação Social com Educação Popular nos Territórios previsto no Programa 1149 -Reconstrução, Ampliação e Aprofundamento da Participação Social e da Democracia (PPA 2024-2027 – Lei 14.802/2024) que objetiva “Promover a participação da sociedade na reconstrução e na transformação do país por meio de instâncias e de processos participativos na elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas para o fortalecimento da democracia participativa e representativa”.

O Projeto de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis nos Territórios da Cidadania da Região Nordeste do Brasil - PAS Nordeste é uma iniciativa do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste com o objetivo de integrar políticas públicas nacionais e estaduais com participação social para ampliar a produção e o consumo de alimentos saudáveis, frente aos desafios das mudanças climáticas e orientado pelas diretrizes da Política Nacional de Abastecimento Alimentar nos territórios rurais nordestinos que apresentam maior concentração de agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária na região.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 a região Nordeste do Brasil comportava uma população de 53 milhões de habitantes distribuídos em 1.748 municípios nos 09 estados da região. A grande maioria

desses municípios possui menos de 50 mil habitantes e estão situados no semiárido brasileiro. A agricultura familiar no Nordeste, que é a principal atividade econômica desses pequenos municípios rurais, representa cerca de 50% do total da agricultura familiar brasileira, somando aproximadamente 2 milhões de famílias que vivem desse modo de produção e vida familiar, comunitária e territorial dedicadas a produção de alimentos e outros produtos agropecuários.

Ainda assim a região Nordeste, juntamente com a região norte do Brasil, sustenta os maiores índices de insegurança alimentar do país, com quase 40% dos domicílios vivendo alguma forma de insegurança alimentar grave, moderada ou leve, ocasionada muito mais pela falta de poder aquisitivo da população (resultado das situações de pobreza e como consequência dos elevados índices de desigualdades sociais) e pela volatilidade dos preços dos alimentos do que propriamente pela disponibilidade de produtos.

Entre os anos 2008 e 2016 foi realizado no Brasil o Programa Territórios da Cidadania, uma iniciativa do governo federal para reduzir desigualdades e eliminar situações de pobreza extrema nos municípios rurais brasileiros. A experiência mais significativa ocorreu na região nordeste onde todos os estados realizaram políticas públicas para o desenvolvimento rural e a agricultura familiar a partir de uma divisão territorial na escala intermediária entre o estado e os municípios, definidos como territórios de identidade. Esse enfoque territorial tem como elementos centrais a integração de políticas públicas, a cooperação interfederativa entre governos municipais, estaduais e nacional, a articulação entre campo e cidade e a participação social na gestão das políticas públicas.

Por essa razão o PAS Nordeste adota o enfoque territorial como orientador das suas ações para alcançar seus objetivos. Nessa perspectiva o Projeto será realizado inicialmente em 60 territórios da cidadania nos 09 estados nordestinos. Em cada um desses territórios será retomada a experiência dos Colegiados Territoriais, enquanto espaços constituídos por representantes do poder público nos três níveis federativos e da sociedade civil para a gestão social de políticas públicas que promovam a integração de ações intersetoriais de diferentes ministérios, secretarias estaduais e municipais e também de outros conselhos e fóruns de políticas públicas que atuam no âmbito local.

Neste sentido a participação social é o elemento central da estratégia que o PAS Nordeste propõe para aterrissar, descentralizar, tornar efetivas, integrar e finalmente ampliar os resultados e os impactos das políticas públicas nos territórios da cidadania do Nordeste.

A parceria com a Secretaria Nacional de Participação Social, enquanto espaço institucional assegurador dos processos de participação social e educação popular no governo federal é fundamental para estabelecer, orientar e recomendar os mecanismos, os instrumentos e as ferramentas adequados à participação social, a formação para a cidadania e a comunicação popular através de cooperação técnica com a Universidade Federal do Recôncavo Baiano, que o realizará especialmente com a formação de uma equipe através de um curso de aperfeiçoamento profissional sobre a temática da “Participação Social, Formação e Comunicação Territorial”.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) é uma universidade estabelecida como uma instituição pública autárquica vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão em várias áreas do conhecimento. É a segunda universidade federal com sede na Bahia e a primeira a ter essa sede no interior do Estado.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi criada pela Lei 11.151 de 29 de julho de 2005, por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com sede e foro na cidade de Cruz das Almas e unidades instaladas nos municípios de Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus. Possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica.

Nas relações com os municípios a UFRB possui ampla experiência no campo educacional, podendo-se destacar o programa de iniciação à docência (UFRB, CAPES/MEC e municípios), o Fórum de Formação de Professores (Governo Federal, Governo Estadual e Municípios) e a formação de alfabetizadores envolvendo o FNDE/MEC, o Governo Estadual e Municípios. No âmbito dos Territórios de Identidade, a UFRB tem

atuado com ações de formações e apoio às organizações com assento nos CODETER – Conselhos de Desenvolvimento Territorial, tendo inclusive assento do Codeter Recôncavo, sempre atuando pelo fortalecimento da participação social no acompanhamento e implementação das políticas públicas.

A Coordenação dos trabalhos deste projeto ficará a cargo do DIVERSIFICA - Observatório da Inclusão e Diversidade na Educação Brasileira. A criação e o desenvolvimento do DIVERSIFICA decorreu de um interesse recíproco da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e do Ministério da Educação, no período 2015 a 2016, com finalidade de desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para o desenvolvimento do conhecimento necessário para promoção da equidade na educação.

O objetivo do DIVERSIFICA é constituir um espaço inter e transdisciplinar de interação com base no ensino, pesquisa e extensão, que promova o monitoramento da evolução de políticas públicas, a formação de recursos humanos e a produção e sistematização de conhecimento na área da inclusão e diversidade na educação e da educação para a diversidade e inclusão.

O DIVERSIFICA possui pesquisadores com ampla experiência no campo educacional e uma significativa produção de trabalhos publicados e projetos realizados. Neste momento, vem tendo uma atuação importante na construção de políticas territoriais e atualmente está associada ao Ministério da Igualdade Racial para a construção da Política Brasileira de Agentes Territoriais da Igualdade Racial.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim

(x) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

() Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(x) descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(x) Sim

() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 15% do valor global pactuado:

- Tutores do curso de especialização: 05 tutores X 06 meses X R\$ 1.100,00= 33.000,00

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

META 1 | *Curso de Aperfeiçoamento Profissional*

	Materias/Serviços necessários	Unidade	Quantidade	Valor unitário	(R\$)	Início (Mês)	Fim (Mês)
Investimento							
Custeio	Bolsa Docente Seniór para planejamento, acompanhamento e monitoramento	Un.	11	R\$ 8.000,00	R\$ 88.000,00	2	12
	Bolsa Estudante Seniór	Un.	11	R\$ 8.000,00	R\$ 88.000,00	2	12
	Bolsas Estudantes Pós Graduandos (9 bolsistas por 10 meses)	Un.	9	R\$ 46.800,00	R\$ 468.000,00	3	12
	Bolsas para o Tutores do Curso de Especialização	Un.	5	R\$ 5.500,00	R\$ 33.000,00	3	9
	Diárias (Alimentação e hospedagem)	Un.	180	R\$ 350,00	R\$ 63.000,00	1	12
	Passagem Aérea	Un.	30	R\$ 2.000,00	R\$ 60.000,00	1	12
Total					R\$ 941.176,00		
Fundação de Apoio	Custos da Fundação de apoio e NIT/UD para a gestão financeira dos recursos destinados à meta 1, realizando a aquisição dos equipamentos e serviços listados para a execução da meta.	Un.	1	R\$ 141.176,00	R\$ 141.176,00	1	12

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO: Novembro de 2024	VALOR: R\$ 450.000,00
MES/Ano: Abril/2025	VALOR: R\$ 491.176,00

Total:	VALOR: R\$ 941.176,00
---------------	--------------------------

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO – PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
339039 - Material de Consumo		
Combustível	Não	
Capa Protetora Banco Veículos	Não	
Material irrigação (Cola, conexões, sensores, aspersores, etc)	Não	
Fertilizantes, Inseticidas e Herbicidas	Não	
Material consumo URT (lona, foice, luvas, etc)	Não	
Gás Acetileno - Análise de solo (Grau Absorção Atômica)	Não	
xxxxxx – Custeio – Bolsas		R\$ 677.000,00
Bolsas Seniór	Sim	R\$ 176.000,00
Bolsa Estudantes Pós Graduação	Sim	R\$ 468.000,00
Bolsa Tutores Curso de Especialização	Sim	R\$ 33.000,00
339039 - Passagens e Despesas com locomoção		R\$ 156.000,00
Passagem Aérea	Sim	R\$ 60.000,00
Diárias (Alimentação e hospedagem)	Sim	R\$ 63.000,00
339039 - Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Não	
Manutenção Veículo	Não	
Análise física e sensorial de amostras de café	Não	
Serviços de coffee-break	Não	

Serviços gráficos	Não	
449039 - Despesas de Capital (investimento)		
Kit sonorização portátil (Caixas de som e microfones)	Não	
Notebook	Não	
Desktop	Não	
Mobiliário (Conjunto mesa, cadeiras e armários)	Não	
Impressora Ecotank multifuncional	Não	
Monitor 32 Pol. 4k	Não	
Ar condicionado 12.000 BTU	Não	
Nobreak 1500VA	Não	
Balança digital de gancho de 50 Kg KERN, com certificado de calibração	Não	
Medidor Umidade no solo - Watermark tipo ponte resistiva de corrente alternada, DISPLAY LCD - 0 a 200 centibar	Não	
Soprador BG 50 a gasolina - Sthil	Não	
Subtotal		R\$ 800.000,00
335041 - Fundação de Apoio (DOAP: 10% e NIT/UD: 5%)	Sim 10%	R\$ 94.117,60
	Sim 5%	R\$ 47.058,40
TOTAL RECURSOS FINANCEIROS		R\$ 941.176,00

12. PROPOSIÇÃO

Brasília, 25 de outubro de 2024.

(assinado eletronicamente)

Kelli Cristine de Oliveira Mafort -
Secretária-Executiva da
Secretaria-Geral da Presidência da
República



Documento assinado digitalmente
FABIO JOSUE SOUZA DOS SANTOS
Data: 26/11/2024 11:47:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(assinado eletronicamente)

Fábio Josué Souza dos Santos
Vice-reitor

13. APROVAÇÃO

Local e data

(assinado eletronicamente)

NOME DA AUTORIDADE COMPETENTE DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

Cargo da Unidade Descentralizadora